



O Relatório e Contas de 2017 confirma a enormíssima contenção feita por incapacidade da Câmara anterior, a que cresceu a peregrina ideia de reservar dezenas de milhões de euros para o tal megalómano projeto do novo edifício da Câmara.

Se em 2016 o Saldo de gerência já tinha ficado pelos 50 milhões de euros, em 2017 subiu para mais de 87 milhões.

Nos SIMAS também houve lucros em 2017, tendo já sido transferidos 6 milhões de euros para as duas Câmaras (3 milhões para a Amadora e 3 milhões para Oeiras).

Aquando da aprovação dos orçamentos para 2018 foram apontadas previsões de receitas para este ano de 151 milhões de euros. Mas devemos ter em conta que para 2017 se previu uma receita de 128 milhões e foram cobrados cerca de 178 milhões...

As finanças do município de Oeiras não sentiram, de facto, nenhuma crise nos últimos anos.



Agora estão disponíveis para serem gastos no curto prazo, no mínimo, algo como $151+87=238$ milhões de euros.

É mesmo muito dinheiro e temos de cuidar bem do modo como se pretende gastá-lo.

Pela nossa parte continuaremos a dar combate a qualquer tipo de despesismo e a gastos em áreas que não sejam da responsabilidade do município.



Foi inaugurado, no passado 25 de Abril, o novo centro de saúde de Barcarena. Neste caso, já foi a Câmara que cedeu o terreno e um edifício antigo (Quinta das Lindas), em Tercena, tendo a Administração Regional de Saúde pago apenas uma parte da despesa das obras. Durante esta cerimónia foram assinados entre a Câmara e a Administração Regional com vista à concretização de novas instalações para unidades de saúde em Porto Salvo e em Paço de Arcos, o que nós próprios reclamamos há muito

Os protocolos que foram assinados só vieram à Câmara Municipal, em data posterior à da assinatura e foi proposto que os vereadores ratificassem aquilo que já estava assinado. Porém, ao se ter conhecimento dos textos, verificou-se que, nestes casos, a Administração Regional de Saúde não vai pagar nada.

Porque discordamos deste procedimento, dizendo claramente que estamos de acordo com a necessidade das unidades de saúde, votámos contra o facto de ser a Câmara a suportar todo o investimento, que compete diretamente ao Ministério da Saúde.

A LER NESTA EDIÇÃO - ROTUNDAS DA QUINTA DO MARQUÊS E DA REPÚBLICA e HABITAÇÃO/NOVOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS (pág.2) DESCENTRALIZAR PARA AS FREGUESIAS – VAMOS CONTINUAR NA MESMA MISÉRIA! e TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO GOVERNO PARA OS MUNICÍPIOS (pág.3) VISITA AO BAIRRO CLEMENTE VICENTE (pág. 5) CONCESSÃO DO MERCADO DE TERCENA (pág.5) TRANSPORTES E MOBILIDADE/O COMBUS (pág.7) VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES (pág. 8)



AS ROTUNDAS DA QUINTA DO MARQUÊS E DA AVENIDA DA REPÚBLICA

Por decisões tomadas pelas duas Câmaras anteriores, está a consumir-se a construção de um espaço comercial e de duas rotundas (uma na Avenida da República e outra na Quinta do Marquês), desrespeitando as opiniões reveladas em abaixo-assinado por grande parte dos moradores.

Em documento sem data, distribuído no princípio deste ano pela Câmara Municipal, dizia-se que a rotunda da Quinta do Marquês estaria concluída até 15 de Março e que a obra da Avenida da República para a Quinta das Palmeiras duraria até 15 de Fevereiro.

Estamos em finais de Junho. Nem uma nem outra estão ainda concluídas.



HABITAÇÃO

NOVOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Na exposição que a Câmara montou para anunciar o que chamam "novo ciclo de desenvolvimento" estavam indicados os seguintes novos programas habitacionais (para além do que está previsto no "Programa Habitação Jovem – Renda Baixa"):

- Alto da Montanha – 64 fogos tipo T3 e T2, com início em 2020 e com um investimento de 6,1 milhões de euros;
- Parque da Junça – 16 fogos tipo T2 e 4 espaços comerciais, com início em 2019 e conclusão em 2021, com estimativa de custo de 1,5 milhões de euros;
- Rossio de Porto Salvo – 20 fogos tipo T1 e T2, com conclusão apontada para 2020 e custo previsto de 1,55 milhões de euros;
- Quinta dos Aciprestes – 12 fogos tipo T2 e T1, com início das obras em 2019 e conclusão em 2021 e custo apontado de 1,5 milhões de euros;
- Quinta das Acácias – 27 fogos tipo T1, T2 e T3, com conclusão apontada para 2020 e custo estimado de 2,5 milhões de euros.

Como, para nós, compromissos assumidos é para serem cumpridos, não deixaremos de controlar o andamento de todo este processo.

NAS FREGUESIAS – VAMOS CONTINUAR NA MESMA MISÉRIA!

As freguesias do município de Oeiras são as que menos meios dispõem quando comparadas com as realidades existentes nos municípios vizinhos.

Com a Câmara anterior não se registou nenhuma melhoria. Esperava-se agora que se cumprisse o que a lei estipula.

Têm decorrido reuniões, já se avançou com algumas medidas no sentido de se dar formação adequada ao pessoal das Juntas de Freguesia, mas, em relação ao que é essencial continuamos na mesma...

Os eleitos das freguesias queixam-se de que a Câmara procede para com eles como alguém que só lhes paga o trabalho que fazem meses depois de terem suportado as despesas e com um processo muito burocratizado e sem qualquer autonomia, em vez de terem dinheiro disponível e serem eles a assumir a gestão do mesmo e a responsabilidade pelo que têm de fazer. Mas não se nota que estejam em desacordo com a indignação em que vivem...

Decorrido mais de meio ano depois das tomadas de posse dos novos órgãos autárquicos, já era tempo de termos novidades e modificações que fossem pondo as coisas dentro da lei, mas na verdade nada sucedeu.

Na reunião de Câmara de 13 de Junho último foi decidido que, para já, tudo vai ficar na mesma...

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO GOVERNO PARA OS MUNICÍPIOS

O processo de transferências para os municípios que o Governo quer concretizar, corre o risco de se converter numa mera desconcentração para as Câmaras de responsabilidades que hoje são da Administração Central e que esta não executa ou executa mal.

A inexistência das Regiões Administrativas constitui um sério obstáculo a uma efetiva descentralização de competências.

Por discordarmos destes procedimentos propusemos na Assembleia Municipal de Oeiras realizada em 28 de Maio passado uma posição, aprovada por maioria, na qual se deliberou:

- Reclamar uma descentralização efetiva que assegure o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promova a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os direitos das populações;
- Reiterar a exigência da criação das Regiões Administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática da administração pública e à defesa da autonomia dos municípios e das freguesias;
- Rejeitar a transferência de competências que, subordinando a satisfação de legítimos direitos e justas expectativas das populações às contingências e desigualdades inerentes aos diversos graus e características do desenvolvimento local, prejudique a universalidade dos direitos sociais constitucionalmente protegidos;
- Expressar as maiores reservas quanto à transferência de competências de mera execução física e financeira, mantendo o poder de decisão no Governo e na Administração Central e generalizando fórmulas de tutela efetiva, com a progressiva corrosão e destruição da autonomia local;
- Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a comprovada garantia da dotação das autarquias com os meios necessários e indispensáveis ao seu pleno exercício presente e futuro.

O BAIRRO CLEMENTE VICENTE sem solução à vista

Grande conjunto, situado no Dafundo, formado por 3 blocos de 5 pisos para habitação operária. Provavelmente o maior e mais compacto conjunto deste tipo na região de Lisboa, construído nos anos 20 por Clemente Vicente, também construtor e proprietário do Jardim Cinema e da garagem Monumental, à Av. Pedro Álvares Cabral. 4 escadas em cada fachada lateral, servindo 2 fogos/piso, num total de cerca de 240 fogos. Hoje, à beira de derrocada.

VISITA DA CDU AO BAIRRO CLEMENTE VICENTE - 5 DE JUNHO DE 2018



Nesta visita estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal Daniel Branco e Carlos Coutinho, acompanhados por outros ativistas da CDU, e diversos moradores e proprietários de habitações do bairro.

Para além de indicações sucintas sobre o significado e a gravidade da situação, bem expressa nas conclusões do último relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil após inspeção realizada em 2016, de que foi anteriormente facultada cópia aos interessados, foram indicados, por nós, os mais recentes passos deste processo.

Assim, na sequência da reunião havida com os proprietários e/ou arrendatários das casas, realizada em 2017, a anterior Câmara, em 28 de Junho de 2017, aprovou a seguinte metodologia de intervenção:

Reconstruir todo o bairro de 240 frações (231 de habitação e 9 de espaços comerciais) em 3 fases, tendo cada uma delas um conjunto de 8 edifícios e 80 fogos, e prolongando-se o prazo de execução de 2018 até 2033 para a totalidade do bairro;

A Câmara poderia participar até 40% do total que competiria a cada proprietário, sendo

tal participação dependente das condições concretas dos rendimentos familiares e das condições dos fogos;

Quanto às soluções concretas para os diversos casos foram indicadas quatro hipóteses alternativas possíveis:

- **Hipótese 1 – o proprietário reside no fogo e pode suportar a sua quota-parte nas obras, libertando o fogo durante o tempo necessário à sua reparação;**
- **Hipótese 2 – o ocupante é inquilino e aceita o realojamento a fazer pela Câmara, que resolve com o proprietário a desocupação do fogo, decidindo este se quer assumir a sua parte na reabilitação ou se vende o fogo à Câmara;**
- **Hipótese 3 – o fogo é ocupado por proprietário que se disponibiliza a vender o fogo à Câmara por preço a acordar entre as partes;**
- **Hipótese 4 – o ocupante é realojado em fogo do parque habitacional da Câmara existente na zona, trocando a propriedade do fogo.**

Foi também deliberado, em Junho de 2017, que a Câmara arrancaria, em curto prazo, com as obras de primeira recuperação das fundações dos edifícios, desde que os residentes manifestassem o seu acordo.

Após as últimas eleições, com a vitória do novo grupo de Isaltino Morais na Câmara Municipal, houve alteração sensível no andamento do processo.

Após insistências da CDU na Câmara e na Assembleia Municipal e a presença de interessados numa reunião de Câmara, foi dito por Isaltino que não avançariam para as obras de recuperação das fundações porque nenhum técnico da Câmara (nem mesmo os que estiveram na comissão que acompanhou o processo na Câmara anterior) lhe garantiram que não surgiriam problemas.

Diversos proprietários não eram residentes (sabia-se, desde início, que 20% são arrendatários) e que em relação a estes não deveriam ser dados apoios pela Câmara.

Foi ainda dito que iriam fazer um novo levantamento e que brevemente fariam reuniões com os proprietários e os residentes.

Aguarda-se que estas conversas se façam mesmo em breve...



CONCESSÃO DO MERCADO DE TERCENA

Obra parada desde há muito, parece que agora por falência da empresa que a estava a fazer.

Obra no valor previsto de 1,5M euros, com uma garantia bancária de apenas 26 000 euros.

Está nos braços da Câmara que não sabe como resolver.

Este processo é daqueles que tendo nascido torto, tarde ou nunca se irá endireitar...

Na primeira deliberação sobre este assunto, tomada em 18 de Maio de 2016, o vereador da CDU levantou a questão de não se estar a concessionar um serviço que a Câmara prestava, mas sim uma competência da Câmara, referindo que votava contra por ter as maiores dúvidas da legalidade deste processo.

Nas reuniões seguintes em que este assunto foi de novo deliberado, voltou a levantar a questão da ilegalidade do mesmo, tendo sido dito pelo vereador responsável do pelouro que as diferenças de opinião entre o que eles defendiam e a posição da CDU era "*apenas uma questão de semântica*"... Referiu ainda que a nossa afirmação de processo menos legal "*não tinha qualquer hipótese. Estudou o assunto e estavam a fazê-lo bem feito e estavam a salvar o interesse das pessoas*".

Por não concordarmos com esta opinião, votámos sempre contra esta transferência da responsabilidade do Mercado Municipal para privados.

Agora, que o mercado antigo foi destruído e que está tudo parado e a Câmara com o problema nos braços, é bem evidente que não só não foram salvaguardados os interesses das pessoas – que, no fundo, são os lojistas, que lá tinham os seus lugares de venda, mas, também, de toda a população que está sem mercado – como nem sequer foram salvaguardados os interesses do Município...

A LUTA EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO DOS CTT



O BALCÃO DOS CTT DE QUEIJAS NÃO VAI, PARA JÁ, ENCERRAR

Perante a notícia do balcão dos CTT de Queijas figurar na lista dos balcões a encerrar, movimentaram-se as populações da Freguesia na adesão ao abaixo-assinado em defesa do seu não encerramento, tendo sido recolhidas 1466 assinaturas. O abaixo-assinado foi entregue na sessão da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queija e enviado à Administração dos CTT.

Na sequência desta luta, o Presidente da Junta daquela União de Freguesias informou que os CTT comunicaram que não iriam encerrar o balcão de Queijas.

A REABERTURA DO BALCÃO DOS CTT DE NOVA OEIRAS SERÁ UMA LUTA QUE A CDU NÃO ABANDONARÁ

Em 2015, a Estação dos CTT de Nova Oeiras foi encerrada pela Administração dos CTT.

Em 4 de Abril de 2016, por iniciativa do então Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias foi aberto um balcão, tendo o processo passado por várias ilegalidades processuais que a CDU denunciou.

Para além das referidas ilegalidades, a Junta de Freguesia passou a arcar com encargos que aos CTT seriam devidos, já que foi a essa entidade concessionada a prestação desse importante serviço público, registando no fim de 2017

Em 11 de Abril de 2018, a actual Presidente da União das Freguesias apresenta na Assembleia a Proposta de Deliberação no sentido de denunciar o contrato. Esta proposta que foi aprovada, também com os votos favoráveis da CDU, contém o parecer jurídico da ANAFRE que considera o contrato celebrado ilegal, corroborando, assim, as posições desde sempre a CDU vinha referindo.

Acresce o facto de os correios terem registado um prejuízo de cerca de 14 mil euros.

Como nota final, refira-se que a CDU foi a única força política que fez inscrever no programa eleitoral às eleições autárquicas de 2017 a abertura do balcão dos CTT de Nova Oeiras. Os reformados, pensionistas e idosos merecem que a nossa luta não termine com o anunciado encerramento em 1 de Julho.

A luta continuará exercendo toda a pressão sobre o Governo para o regresso do controlo e da gestão do serviço postal universal à esfera pública através da «reversão da privatização» dos CTT.

DUAS MOÇÕES DA CDU APROVADAS POR UNANIMIDADE

POR UM PASSE SOCIAL INTERMODAL, QUE INTEGRE TODOS OS OPERADORES E DIVERSAS CARREIRAS EM TODA A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

A existência de uma boa rede de transportes públicos coletivos permite diminuir a circulação de automóveis particulares (...) O problema da mobilidade das populações no concelho implica soluções eficazes e integradas. O concelho de Oeiras tem uma rede de transportes coletivos fraca, ineficaz, bastante deficitária e dispendiosa para os utentes. (...) O passe social intermodal é um elemento estruturante de uma política de transportes na Área Metropolitana de Lisboa (AML).



-Manifestar o apoio à existência de um passe social intermodal que inclua todos os operadores e abranja todas as carreiras na Área Metropolitana de Lisboa, pelas vantagens do ponto de vista social, ambiental e para a mobilidade das populações do concelho e de toda a AML.

Oeiras, 8 de janeiro de 2018

PELA DEFESA E MODERNIZAÇÃO DA LINHA FERROVIÁRIA DE CASCAIS

(...) É justificável a preocupação dos utentes da Linha de Cascais, de que num curto prazo a falta de investimentos conduza à degradação do serviço ou mesmo à sua destruição. Todas estas situações reportadas de desinvestimento, falta de manutenção, redução de horários ou supressão de comboios conduzem à degradação do serviço e a menos procura por parte da população.

Esta degradação está relacionada com um modelo de gestão das empresas públicas orientado para a sua privatização e por uma política pública de investimentos insuficiente. (...)

Face ao acima exposto a Assembleia Municipal de Oeiras delibera:



1 – Reconhecer a Linha ferroviária de Cascais como elemento estruturante no ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa e na promoção da mobilidade sustentável entre concelhos;

2 – Exigir às entidades responsáveis o investimento necessário e urgente para a modernização da Linha de Cascais e para a renovação do material circulante.

Oeiras, 4 de junho de 2018

O NOVO "COMBUS" - A Câmara Municipal pôs a funcionar uma versão nova deste meio de transporte nas freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo.

Como esta decisão não foi discutida com ninguém, em nenhum órgão autárquico do Município ou da Freguesia, sabemos apenas que, para já, vai ser gratuita a sua utilização. Quando processos destes são tratados deste modo, na base da velha ideia do "posso e mando", será difícil que a coisa venha a resultar.



VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES

Concentração dos trabalhadores
Mercado de Algés



Na intervenção que a CDU fez na sessão da Assembleia Municipal de Oeiras debruçamo-nos sobre diversas situações recentes que têm sido vividas por muitos trabalhadores do nosso município.

Referimos a luta corajosa e bem sucedida dos trabalhadores da SEDA IBÉRICA, que obrigaram os patrões a terem de repor o que lhes era devido; as reivindicações dos trabalhadores da APAPOL por melhores condições de trabalho; as lutas das grandes superfícies, que envolve PINGO DOCE, LIDL, CONTINENTE E DIA/MINI PREÇO pelos seus Cadernos Reivindicativos.

Mais recentemente, foi divulgada a vitória da batalha travada na rua e no tribunal, pelos ex-trabalhadores do Mercado de Algés.

A Empresa Naípe de Emoções, concessionária deste espaço municipal pertencente ao Município de Oeiras, perante a inevitabilidade de uma derrota judicial que se avizinhava, decidiu chegar a um acordo extrajudicial com uma das ex-trabalhadoras. Esta é apenas a primeira vitória uma vez que existem vários outros casos em espera nos tribunais do trabalho de Oeiras e Loures.

Entretanto a Lisgráfica enfrenta um segundo PER (Plano Especial de Recuperação) que, a não ser aprovado, implicará o encerramento da Empresa lançando no desemprego cerca de 200 trabalhadores.

Frisámos alguns aspetos essenciais da realidade que se vive hoje em Oeiras, no mundo do trabalho, que pouco difere da realidade nacional:

- Mais de 700 000 trabalhadores têm salários inferiores a 600 euros por mês;
- 59,6% dos trabalhadores por conta de outrem recebem menos de 818 euros por mês (incluem-se aqui cerca de 70% dos trabalhadores municipais);
- 1,2 milhões de trabalhadores têm vínculo precário, particularmente os mais jovens;
- 51% ainda trabalham 40 ou mais horas por semana, quando as 8 horas de trabalho diário já foram conquistadas há quase um século.

Levantámos também questões concretas relativas aos trabalhadores municipais, quer da Câmara quer das empresas municipais. É essencial lutar contra os vínculos precários, exigir melhores condições de trabalho, melhores fardamentos e equipamentos e que seja alargado também aos trabalhadores das empresas municipais o horário das 35 horas semanais.

O PROJETO AUTÁRQUICO DA COLIGAÇÃO PCP – PEV é indissociável do permanente contato com as populações e com organizações do movimento associativo. Assim, desde o início do ano os nossos eleitos promoveram visitas: a Queijas, ao Alto do Lagoal, à Quinta do Marquês, ao Dafundo. Ao Alto da Loba. Foram ainda realizadas reuniões, com os Unidos Caxienses, com o Valejas Atlético Clube, com o Clube Futsal de Oeiras, com o Clube Recreativo Cultural e Desportivo de Leião. Continuaremos a agendar visitas regulares às freguesias e estaremos onde e para o que formos solicitados

Pode contactar com a CDU através do seu Gabinete da Vereação



Tel. 210976574



vereacao.cdu@cm-oeiras.pt

